



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

PREGÃO ELETRÔNICO

014/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO

052/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESTINAÇÃO OU DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA ATENDER A DEMANDA DOS SEGUINTE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS: MARIPÁ DE MINAS, PEQUERI, ROCHEDO DE MINAS E SENADOR CÔRTEZ.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 471.700,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E UM MIL E SETECENTOS REAIS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 29/07/2024 ÀS 09:00H (NOVE HORAS) - HORÁRIO DE BRASÍLIA

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

AMPLA CONCORRÊNCIA

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	16
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	20
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	25
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	26
11.	DOS RECURSOS	27
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	32
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	32
1.	DO OBJETO.....	68
2.	DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS	68
3.	ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES	69
4.	DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	69
5.	VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA	70
6.	ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	73
7.	NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS	74
8.	REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	75
9.	CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS	76
10.	DAS PENALIDADES.....	77
12.	CONDIÇÕES GERAIS	80

EDITAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024

(Processo Administrativo nº 052/2024)

Torna-se público que o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP por meio do Departamento de Licitações, sediado na Avenida Governador Valadares, nº 1020, bairro Alhadas, Bicas/MG, CEP 36.600-270, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 (conforme permite o art. 187 da nova Lei de licitações), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos para atender a demanda dos seguintes municípios consorciados: Maripá de Minas, Pequeri, Rochedo de Minas e Senador Côrtes.

1.2. O valor de referência para o objeto é no montante de R\$ 471.700,00 (quatrocentos e setenta e um mil e setecentos reais) conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	TONELADA	2.500	R\$188,68	R\$471.700,00

1.3. Em regra, caberá aos municípios consorciados fazerem a coleta e o transporte dos resíduos sólidos de sua área territorial até a unidade de disposição final do licitante vencedor;

1.4. Uma vez entregues os resíduos sólidos no local de destinação ou disposição final, conforme o caso, todos os demais serviços serão prestados pelo licitante vencedor;

1.5. A estimativa de resíduos sólidos gerados, por município, é de:

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA ANUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS (EM TONELADAS)
MARIPÁ DE MINAS	700
PEQUERI	850
ROCHEDO DE MINAS	550
SENADOR CORTES	400
TOTAL	2.500

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio, uma vez que o objeto em disputa não envolve complexidade que demande a conjugação de esforços empresariais;*

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante,

devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário, quantitativo e valor total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos de referência indicados neste edital;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de

fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será

efetivada a verificação de ocorrência de empate ficto para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros

cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado

em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo

fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), sendo estes:

- a) contrato social em vigor;
- b) documentos do representante legal da empresa, bem como documento de procuração quando aplicável;
- c) comprovante de inscrição e situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil, que ateste a regularidade da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da sociedade, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da sociedade, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município;
- g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- i) Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j) Declaração expressa de que a sociedade não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República;
- k) Declaração de inexistência de fatos impeditivos à contratação com o Poder Público.
- l) A empresa deverá apresentar Licença Operacional (LO) expedida pelo órgão ambiental competente com finalidade de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Licença do aterro sanitário, fornecida pelos órgãos ambientais competentes, para disposição dos resíduos sólidos,

conforme classificação da norma NBR 10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Em caso da empresa não possuir aterro sanitário, mas possuir contrato com este, deverá ser apresentada a licença ou autorização ambiental do aterro seguida de: carta de Anuência emitida pela Unidade Receptora dos resíduos em nome da licitante, atestando que a Unidade Receptora aceita receber resíduos para o destino final em sua localidade e carta emitida pela Receptora dos resíduos em nome do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP e englobando seus municípios consorciados participantes, atestando que a Unidade Receptora aceita receber resíduos para o destino final em sua localidade, em quantidade anual não inferior ao estimado nesta contratação.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou CAGEF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documentos digitais revestidos de validade jurídica, nos termos da legislação federal.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação poderá ser verificada por meio dos registros cadastrais indicados no item 8.1.1, nos documentos por eles abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados nos registros cadastrais indicados no item 8.1.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. Os documentos para habilitação deverão ser remetidos, juntamente com a proposta comercial, por meio do sistema, em formato digital, até a data limite para abertura do certame indicada no preâmbulo.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação aos licitantes vencedores.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de

contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação

pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8.0 recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9.0 acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4.0 descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente documento, sujeitará ao LICITANTE às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e às seguintes, que poderão ser aplicadas discricionariamente pelo CIESP, garantida prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma do art. 156, da referida Lei:

- a) Advertência;
- b) Multa - dia, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato ou dos valores registrados em Ata;
- c) Rescisão contratual ou cancelamento da Ata de Registro de Preços com multa equivalente a 20 multas - dias;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção

de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10. Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> ou pelo e-mail: licitacao@ciesp.mg.gov.br mediante confirmação de recebimento.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não

comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ciesp.mg.gov.br/>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3. ANEXO III - Minuta do Cadastro Reserva

Bicas/MG, 11 de julho de 2024.

Cristiano Corrêa Coletta

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos para atender a demanda dos seguintes municípios consorciados: Maripá de Minas, Pequeri, Rochedo de Minas e Senador Côrtes.

2 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1. - A prestação dos serviços compreende a destinação final dos resíduos sólidos domiciliares **EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO**. Em regra, caberá aos municípios consorciados fazerem a coleta e o transporte dos resíduos sólidos de sua área territorial até a unidade de disposição final do licitante vencedor;

1.2. - Uma vez entregues os resíduos sólidos no local de destinação ou disposição final, conforme o caso, todos os demais serviços serão prestados pelo licitante vencedor;

1.3. - A estimativa de resíduos sólidos gerados, por município, é de:

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA ANUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS (EM TONELADAS)
MARIPÁ DE MINAS	700
PEQUERI	850
ROCHEDO DE MINAS	550
SENADOR CORTES	400
TOTAL	2.500

1.4. - O valor correspondente aos serviços prestados será pago pelo Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP diretamente ao licitante vencedor;

1.5. - Os serviços deverão ser prestados para o Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, sendo os valores mensais a serem pagos aferidos de acordo com a pesagem do resíduo gerado, por município, no momento de sua

entrega no local de destinação final devidamente atestado por meio de relatório e comprovante de entrega;

1.6. - A empresa deve possuir Licença Operacional (LO) expedida pelo órgão ambiental competente com finalidade de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Licença do aterro sanitário, fornecida pelos órgãos ambientais competentes, para disposição dos resíduos sólidos, conforme classificação da norma NBR 10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Em caso da empresa não possuir aterro sanitário, mais possuir contrato com este, deverá ser apresentada a licença ou autorização ambiental do aterro seguida de: carta de Anuência emitida pela Unidade Receptora dos resíduos em nome da licitante, atestando que a Unidade Receptora aceita receber resíduos para o destino final em sua localidade e carta emitida pela Receptora dos resíduos em nome do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP e englobando seus municípios consorciados participantes, atestando que a Unidade Receptora aceita receber resíduos para o destino final em sua localidade, em quantidade anual não inferior ao estimado nesta contratação.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - A contratação se faz necessária para atender à necessidade de destinação ou disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos dos municípios consorciados, visando atender ao disposto na Lei nº 12.305/10, cujo teor instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como ao Decreto nº 10.936/22, cujo teor regulamentou a referida lei.

3.2 - Considera-se como resíduos sólidos domiciliares aqueles gerados nas residências e resíduos comerciais gerados nos estabelecimentos comerciais, industriais não perigosos e públicos.

3.3 - O tratamento dos resíduos domiciliares trata-se de uma técnica de disposição na forma de aterro sanitário devidamente licenciado, sem causar danos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais.

4 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Tendo em vista o objeto licitado, com as especificações relacionadas na descrição do objeto (item 2), recomendo que seja adotada a modalidade de pregão eletrônico, com critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, ou seja, declarando vencedora a empresa licitante que apresentar o menor preço por tonelada de resíduo recebido e que atenda a todas as exigências do certame.

5 - DA QUALIFICAÇÃO EXIGIDA

5.1 - A empresa deverá apresentar Licença Operacional (LO) expedida pelo órgão ambiental competente com finalidade de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Licença do aterro sanitário, fornecida pelos órgãos ambientais competentes, para disposição dos resíduos sólidos, conforme classificação da norma NBR 10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Em caso da empresa não possuir aterro sanitário, mas possuir contrato com este, deverá ser apresentada a licença ou autorização ambiental do aterro seguida de: carta de Anuência emitida pela Unidade Receptora dos resíduos em nome da licitante, atestando que a Unidade Receptora aceita receber resíduos para o destino final em sua localidade e carta emitida pela Receptora dos resíduos em nome do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP e englobando seus municípios consorciados participantes, atestando que a Unidade Receptora aceita receber resíduos para o destino final em sua localidade, em quantidade anual não inferior ao estimado nesta contratação.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a contratação, exigir-se-á:

- a) contrato social em vigor;
- b) documentos do representante legal da empresa;
- c) comprovante de inscrição e situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da sociedade, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da sociedade, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município;

- g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- i) Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j) Declaração expressa de que a sociedade não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República;
- k) Declaração de inexistência de fatos impeditivos à contratação com o Poder Público.

7 - DA EXECUÇÃO E PERÍODO DOS SERVIÇOS

6.1. - O local para a entrega da destinação final dos resíduos sólidos será indicado na proposta do licitante, não devendo ultrapassar uma distância de 100 (cem) quilômetros da sede Consórcio, localizado à Rua Morvan Dias de Figueiredo nº 11, bairro Centro, Bicas - MG, CEP 36.600-000;

6.2. - Todo resíduo a ser depositado no aterro sanitário deverá ter sua entrada controlada na portaria, onde e quando deverão ser pesados e identificados por município. A pesagem dos resíduos servirá para o controle da quantidade de resíduos sólidos depositados no Aterro, com controle da sua evolução, bem como para o controle das quantidades, a serem medidas e pagas conforme os critérios de medição e pagamentos.

6.3. - No momento da pesagem, deverá ser entregue ao motorista do veículo do município um comprovante contendo o quantitativo, em toneladas, de resíduos depositados no aterro sanitário para fins de comprovação.

6.4. - A execução do objeto deverá ser feita observando-se toda a legislação ambiental e com a utilização de todos os mecanismos de segurança de trabalho previstos em lei, correndo por conta da licitante vencedora todas as despesas de aluguéis, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.5. - A contratada deverá fornecer a todos os seus trabalhadores o tipo

adequado de equipamento de proteção individual – EPI.

6.6. - A contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso de EPI's por seus empregados envolvidos na execução do objeto.

6.7.- A Contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei nº 6.514 de 22/12/77 – Portaria MTE nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares – NRs 01 a 33 e, em especial as NRs 04, 05, 06 e 18, todas do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.8. - A contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

6.9. - Caso o serviço não corresponda ao exigido pelo e ofertado através da proposta vencedora, a Empresa deverá providenciar no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), contados da data de notificação, a adoção de providências visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

6.10.- Constatadas irregularidades no objeto licitado, o CONTRATANTE poderá, se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando seu refazimento, providências ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.11.- Considerando a Lei Estadual Mineira nº 18.030/2009, especialmente quanto ao repasse do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em seu critério Meio Ambiente (comumente denominado de ICMS Ecológico), a empresa vencedora deverá fornecer os certificados e declarações pertinentes, devendo sua Licença Ambiental Simplificada (LAS) ou Licença de Operação (LO), emitida por órgão público ambiental;

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

7.4. A contratada obriga-se a:

- a) efetuar a prestação do serviço em estrita observância às especificações contidas neste termo de referência.
- b) atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto nos limites da legislação aplicável.
- c) comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas

que antecedem a data da entrega dos produtos, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

d) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de habilitação e qualificação exigidas para licitação.

e) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que se está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência ou no contrato.

f) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

7.5. O contratante obriga-se a:

a) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de servidor designado para tanto (fiscalizador);

b) efetuar o pagamento no prazo e condição previstos.

9 - RESPONSÁVEL(IS) PELA GESTÃO DO CONTRATO

O responsável pela gestão do contrato será o Sr. Demóstenes de Souza do Nascimento, Supervisor Administrativo do CIESP.

10 - PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS

10.1 - O pagamento será efetuado mensalmente após a entrega e apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com os relatórios de pesagem, em toneladas e por município de origem, devidamente atestados;

10.2 - O valor de cada produto na Nota Fiscal deverá ser o mesmo consignado na Ordem de Serviço, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição da nota fiscal;

10.3 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data do recebimento e atesto da Nota Fiscal, mediante depósito ou ordem bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado.

11 - INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Não adotaremos a intenção para Registro de Preços tendo em vista a inviabilidade técnico operacional deste Consórcio para atender a demais instituições, além dos entes consorciados já participantes.

12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto definido neste Termo de Referência, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa fornecedora penalidades previstas na legislação pertinente;

12.2. Serão aplicadas penalidades no caso do item entregue em desacordo com as especificações e com a proposta, fora dos prazos estabelecidos e quando não forem cumpridas as condições de garantia contra falhas e ou defeitos.

12.3. No caso de aplicação de penalidade de multa, os valores serão aqueles correspondentes a percentuais aplicados sobre o valor global do contrato, escalonados de acordo com a gravidade da infração cometida.

12.4. Em caso de transgressão das regras decorrentes da contratação, a contratada estará sujeita às sanções administrativas contidas na Lei nº 14.133/2021.

Bicas/MG, 28 de maio de 2024.

Diego Kaizer

Gerente de Serviços

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 41/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Destinação ou disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos dos municípios consorciados, visando atender ao disposto na Lei n.º

12.305/10, cujo teor instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como ao Decreto n.º 10.936/22, cujo teor regulamentou a referida lei.

A destinação inadequada de resíduos sólidos pode causar danos significativos ao meio ambiente, incluindo poluição do solo, da água e do ar. Consequentemente, a disposição final ambientalmente adequada é essencial para proteger ecossistemas sensíveis, recursos naturais e a saúde pública.

A acumulação de resíduos sólidos em locais inadequados pode representar riscos diretos à saúde humana, como proliferação de vetores de doenças, contaminação de alimentos e água potável, e exposição a substâncias tóxicas. A destinação final ambientalmente adequada visa mitigar esses riscos, protegendo a saúde da população.

A Lei n.º 12.305/10 estabelece diretrizes e metas para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, incluindo a necessidade de destinação final ambientalmente adequada. O Decreto n.º 10.936/22 complementa essa legislação, fornecendo orientações específicas e detalhadas para sua implementação. O cumprimento dessas normativas é essencial para garantir a conformidade legal dos municípios consorciados.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o que significa que fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos têm responsabilidades compartilhadas para a destinação final adequada dos resíduos. Os municípios consorciados, de forma conjunta, podem melhorar a eficiência e a eficácia da gestão de resíduos, cumprindo suas responsabilidades de forma mais efetiva.

A destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos é um componente essencial da transição para uma economia circular, na qual os recursos são utilizados de forma mais eficiente e os resíduos são reduzidos, reutilizados, reciclados e valorizados. Ao adotar práticas sustentáveis de gestão de resíduos, os municípios consorciados contribuem para a promoção da economia circular e para a redução do desperdício de recursos naturais.

A referida necessidade surgiu como uma demanda dos municípios consorciados devido à crescente preocupação com a gestão ambiental e a sustentabilidade. Esses municípios reconheceram a importância de tratar e destinar adequadamente os resíduos sólidos para evitar impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública. A cooperação por meio de Consórcio Público permite a implementação de soluções mais eficientes e econômicas para a gestão dos resíduos.

Em anexo a este documento, encontram-se os quantitativos detalhados de resíduos sólidos gerados por cada município consorciado. Esses dados são essenciais para o planejamento e a execução das ações de destinação final, possibilitando uma alocação adequada dos recursos e a definição de estratégias específicas para cada localidade. A análise dos quantitativos permite identificar padrões de geração de resíduos e ajustar as medidas de gestão conforme as necessidades de cada município, garantindo assim a eficácia das iniciativas consorciadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante Responsável	Área Requisitante Responsável
Gerencia de Serviços	Diego Kaizer

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atendimento a necessidade exposta, é fundamental que os requisitos indispensáveis incluam padrões mínimos de qualidade e critérios de sustentabilidade.

Deve ser cumprida todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis relacionadas à destinação final de resíduos sólidos urbanos, incluindo a legislação ambiental, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e outras legislações pertinentes.

Para o pleno atendimento da necessidade, deve ser comprovada a capacidade técnica e tecnológica para realizar a destinação final dos resíduos de forma eficiente, segura e ambientalmente adequada. Isso pode incluir a utilização de tecnologias modernas e processos de tratamento comprovados.

Os padrões mínimos de qualidade devem garantir que a destinação final dos resíduos não cause impactos adversos significativos ao meio ambiente, incluindo poluição do solo, da água e do ar.

Devem ser adotadas medidas para garantir a segurança e a saúde ocupacional dos trabalhadores envolvidos na destinação final dos resíduos, incluindo o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho.

Como parte dos critérios de sustentabilidade, implementar medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa associadas à destinação final dos resíduos, como a captura e utilização de biogás.

Adoção de práticas para minimizar a geração de resíduos e promover a valorização de recursos por meio da reciclagem, compostagem, recuperação de energia ou outros processos de valorização.

Adotar medidas para melhorar a eficiência energética das instalações e processos utilizados na destinação final dos resíduos, reduzindo assim o consumo de energia e as emissões de gases de efeito estufa.

Fornecer informações transparentes sobre suas operações e resultados, incluindo relatórios mensais sobre pesagem, geral e individualizados por município.

5. Levantamento de Mercado

SOLUÇÃO 1:

Contratações similares constantes em Atas de Registros de Preços ou Contratos do CIESP.

Análise de viabilidade e justificativa:

Vantagens:

Preços Estabelecidos, agilidade, segurança jurídica

Desafios:

Falta de flexibilidade, atualização de Preços, concorrência Limitada.

SOLUÇÃO 2:

Adesão às Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes e gerenciadas por outros órgãos da Administração Pública.

Análise de viabilidade e justificativa:

Vantagens:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

Economia de tempo, redução de Burocracia, preços competitivos.

Desafios:

Restrições de escopo, falta de Personalização, possíveis discrepâncias regionais, dependência de terceiros.

SOLUÇÃO 3:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos.

Análise de viabilidade e justificativa:

Vantagens:

Expertise e conhecimento especializado, eficiência Operacional, compliance Legal, redução de custos, inovação tecnológica.

Desafios:

Dependência Externa para todos os serviços englobados, custos e orçamentos, riscos de responsabilidade, impacto na economia local.

SOLUÇÃO 4:

Contratação de empresa especializada para prestação de destinação final de resíduos sólidos.

Análise de viabilidade e justificativa:

Vantagens:

Foco na especialização, redução de custos, otimização de recursos, flexibilidade contratual.

Desafios:

Coordenação e logística, risco de dependência, controle de qualidade, aspectos legais e responsabilidades.

SOLUÇÃO 5:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

Serviço realizado diretamente pelo CIESP e Municípios consorciados participantes

Análise de viabilidade e justificativa:

Vantagens:

Controle local, integração regional, redução de custos, desenvolvimento local, Foco na Sustentabilidade.

Desafios:

Capacidade Técnica e Operacional, Investimentos Iniciais, Gestão de Recursos Humanos, Riscos Operacionais e Ambientais, Complexidade Administrativa.

Com base nestas análises e informações, a Equipe de Planejamento da Contratação apresenta abaixo a solução que será adotada para a contratação:

SOLUÇÃO VIÁVEL ESCOLHIDA: 4

SOLUÇÃO 4: A Equipe de Planejamento da Contratação analisou que, dentre as soluções descritas neste Estudo Técnico Preliminar, decidiu-se pela Contratação de empresa especializada para prestação de destinação final de resíduos sólidos, por tonelada recebida, por meio de procedimento licitatório, sendo que após a construção do Termo de Referência e levantamento valorativo da solução, deverá ser avaliado o eventual enquadramento nas hipóteses de licitações da Lei n.º 14,133/2021. Sugerimos realizar o certame por meio de pregão eletrônico, tendo como critério de julgamento o menor valor global.

Consideramos inviáveis a solução 1 pela Ata de Registro de Preços estar expirando no dia 05 de junho de 2024 e o saldo ser insuficiente para atendimento aos municípios; solução 2: não encontramos nenhuma Ata de Registro de Preços vigente que atenda a necessidade e em condições ideais para atender a logística do transporte; solução 3: trata-se de uma contratação englobando todos os serviços necessários para destinação final, porém, os municípios dispõem de veículo adequado para transporte, utilizando de meios próprios para coleta e transporte até a destinação final em aterro sanitário adequado; solução 5: o CIESP e municípios

consorciados não possuem capacidade administrativa, operacional, local adequado e devidamente licenciado para atender a necessidade.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos para atender aos municípios consorciados.

A prestação dos serviços compreende a destinação final dos resíduos sólidos domiciliares EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO. Em regra, caberá aos municípios consorciados fazerem a coleta e o transporte dos resíduos sólidos de sua área territorial até a unidade de disposição final do licitante vencedor.

O local para a entrega da destinação final dos resíduos sólidos não deve ultrapassar uma distância de 100 (cem) quilômetros da sede Consórcio, localizado à Rua Morvan Dias de Figueiredo nº 11, bairro Centro, Bicas - MG, CEP 36.600-000.

Uma vez entregues os resíduos sólidos no local de destinação ou disposição final, conforme o caso, todos os demais serviços serão prestados pela CONTRATADA.

Os serviços deverão ser prestados para o Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, sendo os valores mensais a serem pagos aferidos de acordo com a pesagem do resíduo gerado, por município, por tonelada recebida, no momento de sua entrega no local de destinação final devidamente atestado por meio de relatório e comprovante de entrega;

A empresa deve possuir Licença Operacional (LO) expedida pelo órgão ambiental competente com finalidade de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Licença do aterro sanitário, fornecida pelos órgãos ambientais competentes, para disposição dos resíduos sólidos, conforme classificação da norma NBR 10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Em caso da empresa não possuir aterro sanitário, mais possuir contrato com este, deverá ser apresentada a licença ou autorização ambiental do aterro seguida de: carta de Anuência emitida pela Unidade Receptora dos resíduos em nome da licitante, atestando que a Unidade Receptora aceita receber resíduos para o destino em sua localidade e carta emitida pela Receptora dos resíduos em nome do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP e englobando

seus municípios consorciados participantes, atestando que a Unidade Receptora aceita receber resíduos para o destino em sua localidade, em quantidade anual não inferior ao estimado nesta contratação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades a serem contratadas para prestação do referido serviço, foram levantadas juntamente aos municípios que manifestaram interesse em participar desta contratação conforme quadro abaixo:

MUNICÍPIO	ESTIMATIVA ANUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS (EM TONELADAS)
MARIPÁ DE MINAS	700
PEQUERI	850
ROCHEDO DE MINAS	550
SENADOR CORTES	400
TOTAL	2.500

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 498.600,00

A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 498.600,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e seiscentos reais), considerando o quantitativo demandado pelos municípios participantes de 2.500 toneladas e o valor unitário estimado em R\$ 199,44, por tonelada.

O relatório de pesquisa de preço encontra-se anexo a este documento (Anexo V).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A demanda em questão possui unicidade executória, sendo que todas as suas etapas são uníssonas e interconectadas; portanto, o princípio do parcelamento é inaplicável e, por consequência, prejudicial ao interesse público e finalísticos.

Esta equipe de planejamento declara o parcelamento do objeto **INVIÁVEL** com base neste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A Ata de Registro de Preços vigente do CIESP expira no dia 05/06/2024, a presente licitação visa suprir a aquisição destes itens após o vencimento. Sendo assim, não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda após este prazo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano Anual de Contratações do CIESP ainda está em fase de elaboração, considerando a incorporação paulatina da nova Lei de Licitações e a faculdade de adoção do mesmo, conforme expressamente previsto no inciso VII, do art. 12 da norma em questão:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

...

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de uma empresa para a prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos, por tonelada recebida, pode trazer diversos ganhos diretos e indiretos, alinhados à efetividade e ao desenvolvimento nacional sustentável:

Ganhos Diretos:

1. Ao contratar uma empresa especializada, a efetividade na gestão de resíduos sólidos é aumentada, garantindo uma destinação final adequada e ambientalmente responsável dos resíduos.

2. A empresa contratada geralmente garante o cumprimento de todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis à gestão de resíduos sólidos, reduzindo os riscos de não conformidade e possíveis penalidades legais.

3. A contratação de uma empresa pode ser economicamente vantajosa, pois ela pode aproveitar economias de escala, eficiências operacionais e investimentos em tecnologias avançadas para reduzir os custos globais da destinação final de resíduos.

4. Empresas especializadas tendem a operar de maneira mais eficiente, utilizando métodos e tecnologias comprovados para maximizar a produtividade e minimizar o desperdício durante o processo de gestão de resíduos.

5. Ao terceirizar os serviços de destinação final, os municípios podem reduzir os riscos associados à gestão de resíduos, como responsabilidade ambiental, riscos operacionais e riscos financeiros.

Ganhos Indiretos:

1. A contratação de uma empresa para a destinação final de resíduos sólidos contribui para o desenvolvimento nacional sustentável, promovendo práticas ambientalmente responsáveis e alinhadas aos objetivos de sustentabilidade.

2. Empresas especializadas muitas vezes investem em inovação e tecnologia para a gestão de resíduos, o que pode impulsionar o desenvolvimento de soluções mais eficientes e sustentáveis no setor.

3. A terceirização dos serviços de destinação final pode estimular a criação de empregos e a geração de renda, tanto diretamente, através da contratação de funcionários pela empresa contratada, quanto indiretamente, através de efeitos multiplicadores na economia local.

4. Ao terceirizar a gestão de resíduos sólidos, os municípios podem concentrar seus recursos e esforços em outras áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura, sem comprometer a qualidade dos serviços de destinação final.

5. A contratação de uma empresa especializada permite o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, direcionando-os para atividades em que são mais necessários e eficazes.

13. Providências a serem Adotadas

Antes de celebrar o contrato, deve-se adotar uma série de providências para garantir que o processo seja conduzido de forma eficaz e transparente.

Deve-se elaborar um Termo de Referência e Edital detalhado, que estabeleça os requisitos técnicos, operacionais, ambientais e legais para a destinação final dos resíduos sólidos. Esse documento servirá como base para a seleção da empresa contratada.

É importante que os servidores ou empregados responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato estejam devidamente capacitados para desempenhar suas funções. Isso pode envolver treinamentos específicos sobre a legislação aplicável, procedimentos de fiscalização, gestão contratual e monitoramento do serviço prestado.

A administração pública deve garantir que o ambiente organizacional esteja adequado para a gestão do contrato, o que inclui a designação de pessoal qualificado, a definição de procedimentos claros e a disponibilidade de recursos necessários para garantir o bom andamento das atividades.

Antes de iniciar o processo de seleção da empresa contratada, a administração pública deve definir os critérios de avaliação e seleção, que podem incluir aspectos técnicos, financeiros, ambientais e de capacidade técnica da empresa.

É importante realizar estudos preliminares para avaliar as necessidades e demandas locais em relação à destinação final de resíduos sólidos urbanos, incluindo a quantidade e composição dos resíduos gerados, as tecnologias disponíveis e as melhores práticas de gestão.

Antes de celebrar o contrato, é importante realizar uma análise de viabilidade financeira e jurídica para garantir que o contrato seja sustentável do ponto de vista financeiro e esteja conforme a legislação vigente.

Deve-se verificar se os veículos e equipamentos necessários para coleta e transporte de resíduos dos municípios estão em condições satisfatórias para utilização, bem como itens de proteção individual dos profissionais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A destinação final de resíduos sólidos pode ter uma série de impactos ambientais negativos se não for gerenciada adequadamente, seja por parte da CONTRATADA ou da CONTRATANTE.

1.

Poluição do Solo: A deposição inadequada de resíduos sólidos pode contaminar o solo com substâncias tóxicas, comprometendo sua qualidade e capacidade de suportar a vegetação.

- Medidas de Mitigação: Implementação de sistemas de impermeabilização e drenagem para evitar a infiltração de lixiviados no solo. Adoção de práticas de recuperação de áreas contaminadas e monitoramento regular da qualidade do solo.

2.

Poluição da Água: Lixiviados provenientes da decomposição dos resíduos podem contaminar as águas subterrâneas e superficiais, comprometendo a qualidade da água e afetando ecossistemas aquáticos.

- Medidas de Mitigação: Instalação de sistemas de tratamento de lixiviados para evitar a contaminação das águas. Monitoramento regular da qualidade da água em torno da área de disposição final.

3.

Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE): A decomposição anaeróbica de resíduos orgânicos em aterros sanitários pode resultar na emissão de gases como metano, um potente GEE.

- Medidas de Mitigação: Captura e queima de gases de aterro para reduzir as emissões de metano. Incentivo ao tratamento prévio dos resíduos orgânicos para desviar materiais compostáveis de aterros sanitários.

4.

Impacto Visual e Paisagístico: A presença de grandes aterros sanitários pode causar impactos visuais negativos na paisagem local.

- Medidas de Mitigação: Implementação de medidas de paisagismo e revegetação para minimizar o impacto visual. Adoção de técnicas de cobertura e recobrimento para reduzir a exposição dos resíduos.

5.

Geração de Odores Desagradáveis: A decomposição dos resíduos pode resultar na liberação de odores desagradáveis, afetando a qualidade de vida das comunidades circunvizinhas.

- Medidas de Mitigação: Implementação de sistemas de controle de odores, como cobertura de resíduos, sistemas de ventilação e neutralização de gases.

6.

Impactos na Biodiversidade: A degradação do habitat natural para a criação de aterros sanitários pode afetar a biodiversidade local.

- Medidas de Mitigação: Avaliação prévia de impacto ambiental para identificar áreas sensíveis e evitar impactos significativos na biodiversidade. Implementação de medidas de compensação, como a criação de áreas de preservação próximas ao local de disposição final.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaramos expressamente que a contratação é viável, tendo como base os elementos colhidos durante o Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DIEGO KAIZER

Gerencia de Serviços

Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 15:37:11.

KEYTIANE ALVES ARAUJO

Analista Jurídico

Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 14:52:44.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MARIPÁ DE MINAS - DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.pdf (11.42 KB)
- Anexo II - PEQUERI - DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.pdf (11.38 KB)
- Anexo III - ROCHEDO DE MINAS - DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.pdf (11.48 KB)
- Anexo IV - SENADOR CORTES - DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.pdf (11.33 KB)
- Anexo V - Relatório de pesquisa de preços.pdf (481.94 KB)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

Anexo I - MARIPÁ DE MINAS - DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.pdf

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA			
OBJETO: DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.			
MUNICÍPIO	MARIPÁ DE MINAS		
RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	Larissa de Souza Lopes		
CARGO/FUNÇÃO	Secretária de Obras, Agricultura, Meio Ambiente e Limpeza Urbana		
EMAIL	agricultura@maripademinas.mg.gov.br		
TELEFONE PARA CONTATO	(32)98442-3555		
DATA DA SOLICITAÇÃO	2024-05-15		
Nº	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
1	Prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos	tonelada	700



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

Anexo II - PEQUERI - DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.pdf

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA			
OBJETO: DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.			
MUNICÍPIO	PEQUERI		
RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	GLAUCO BRAGA FÁVERO		
CARGO/FUNÇÃO	PREFEITO MUNICIPAL		
EMAIL	licitacao@pequeri.mg.gov.br		
TELEFONE PARA CONTATO	8000323030		
DATA DA SOLICITAÇÃO	2024-05-22		
Nº	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
1	Prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos	tonelada	850

Anexo III - ROCHEDO DE MINAS - DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.pdf

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA			
OBJETO: DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.			
MUNICÍPIO	ROCHEDO DE MINAS		
RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	RAFAEL CORREA COLETTA		
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
EMAIL	administracao@rochedodeminas.mg.gov.br		
TELEFONE PARA CONTATO	32 8420-1988		
DATA DA SOLICITAÇÃO	2024-05-16		
Nº	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
1	Prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos	tonelada	550



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

Anexo IV - SENADOR CORTES - DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.pdf

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA			
OBJETO: DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.			
MUNICÍPIO	SENADOR CORTES		
RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	JOÃO LUCIO FERREIRA DUTRA		
CARGO/FUNÇÃO	PREFEITO		
EMAIL	gabinete@senadorcortes.mg.gov.br		
TELEFONE PARA CONTATO	(32) 3287-1153		
DATA DA SOLICITAÇÃO	22/05/2024		
Nº	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
1	Prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos	tonelada	400

Anexo V - Relatório de pesquisa de preços.pdf



Destinação final de resíduos sólidos
Pesquisa iniciada no dia 24/05/2024 16:54
IP: 186.233.30.50

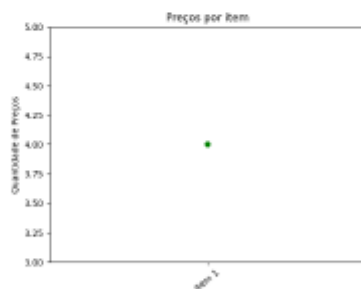


CIESP - Consórcio Intermunicipal de Especialidades - MG
CNPJ: 07.356.999/0001-55
Responsável: Michelli Afonso Veras
Matrícula: -

Item	Preços	Valor Estimado	Quantidade	Total
1) Destinação final de resíduos sólidos	4	R\$ 199,44	2500.00	R\$ 498.600,00
Total: R\$ 498.600,00				

Item 1	Preços	Vlr Unit.	Quantidade	Total
Destinação final de resíduos sólidos	4	R\$ 199,44	2500.00 / TN	R\$ 498.600,00
Orgão/Empresa/Site: MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA/RO MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA...				
1	Fonte LICITANET	Identificação 9065346/2024164120241	CNPJ do fornecedor 05099538000119	Quant. 817,32
				Data 30/04/2024 - 08:00:00
				Preço R\$ 219,36
Orgão/Empresa/Site: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MEDIC/RO MUNICÍPIO DE PRE...				
2	Fonte LICITANET	Identificação 8359814/202411821	CNPJ do fornecedor 05099538000119	Quant. 2667,78
				Data 22/02/2024 - 08:00:00
				Preço R\$ 197,25
Orgão/Empresa/Site: MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ/RO MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ/TO				
3	Fonte LICITANET	Identificação 810774/2024112220241	CNPJ do fornecedor 32956563000103	Quant. 110,00
				Data 01/02/2024 - 08:00:00
				Preço R\$ 185,00
Orgão/Empresa/Site: CIMCERO Consórcio Intermunicipal da Região Centro L...				
4	Fonte Portal de Compras Públicas	Identificação 26027213875	CNPJ do fornecedor 05099538000119	Quant. 6012,00
				Data 23/11/2023 - 15:40:52
				Preço R\$ 196,15
Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 199,44				

Valor Total da Cotação: R\$ 498.600,00



DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: Destinação final de resíduos sólidos

Quantidade: 2500.0000 TN
Descrição: Prestação de serviço de destinação final de resíduos sólidos.
Justificativas: -

Preço (LICITANET) [1] **R\$ 219,36**

Orgão
MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA/RO MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA/RO
Objeto
EMPRESA ESPECIALIZADA EM ACONDICIONAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RSU EM ATERRO SANITÁRIO (CLASSE 3)
Descrição
EMPRESA ESPECIALIZADA EM ACONDICIONAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RSU EM ATERRO SANITÁRIO (CLASSE 3) / SENHORA PREFEITA SOLICITO DA VOSSA EXCELÊNCIA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO ACONDICIONAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS (RSU) EM ATERRO SANITÁRIO (CLASSE 3), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS SEMOSP - SEMOSP.



Destinação final de resíduos sólidos

Pesquisa iniciada no dia 24/05/2024 16:54
IP: 186.233.36.50



CIESP - Consórcio Intermunicipal de Especialidades - MG
CNPJ: 07.356.999/0001-55
Responsável: Michelli Afonso Veras
Matrícula: -

Dados			
Data de homologação:	30/04/2024 - 03:00:00	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Fonte:	LICITANET	Código do item:	-
Identificação:	90653 46/2024 1 6412024 1	Lote/Item:	16714092
Quantidade:	817.32	Unidade:	T
Ajuste de frete:	Não se aplica	Valor do frete:	R\$ 0,00
Fabricante:	LICITANET Não disponibiliza essa informação.	Modelo:	LICITANET Não disponibiliza essa informação.
Marca:	LICITANET Não disponibiliza essa informação.	Modelo:	LICITANET Não disponibiliza essa informação.
Fornecedor			
Razão Social:	MFM SOLUCOES AMBIENTAIS E GESTAO DE RESIDUOS LTDA		
CNPJ:	05.099.538/0001-19	Porte:	DEMAIS
Nome Fantasia:	MFM SOLUCOES AMBIENTAIS	CEP:	76.988-899
Logradouro:	LOT LOTE RURAL Nº85-A3 LINHA 145 SETOR 12 GLEBA CORUMBIAIRA	Nº:	SN
Complemento:		Bairro:	ZONA RURAL
Município:	VILHENA	UF:	RO
Telefone:	(09) 3212-4655	Email:	j.contabilidade.pvh@hotmail.com
Preço (LICITANET) [2]			R\$ 197,25

Órgão

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI/RO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI/RO

Objeto

Contratação de empresa para a prestação dos serviços de destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos RSU, domiciliares e comerciais, do Município de Presidente Médici, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal Presidente Médici.

Descrição

Contratação de empresa para a prestação dos serviços de destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos RSU, domiciliares e comerciais, do Município de Presidente Médici, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal Presidente Médici. / Contratação de empresa para a prestação dos serviços de destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos

Dados			
Data de homologação:	22/02/2024 - 03:00:00	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Fonte:	LICITANET	Código do item:	-
Identificação:	83598 14/2024 1 182 1	Lote/Item:	15567387
Quantidade:	2667.78	Unidade:	TON
Ajuste de frete:	Não se aplica	Valor do frete:	R\$ 0,00
Fabricante:	LICITANET Não disponibiliza essa informação.	Modelo:	LICITANET Não disponibiliza essa informação.
Marca:	LICITANET Não disponibiliza essa informação.	Modelo:	LICITANET Não disponibiliza essa informação.
Fornecedor			
Razão Social:	MFM SOLUCOES AMBIENTAIS E GESTAO DE RESIDUOS LTDA		
CNPJ:	05.099.538/0001-19	Porte:	DEMAIS
Nome Fantasia:	MFM SOLUCOES AMBIENTAIS	CEP:	76.988-899
Logradouro:	LOT LOTE RURAL Nº85-A3 LINHA 145 SETOR 12 GLEBA CORUMBIAIRA	Nº:	SN
Complemento:		Bairro:	ZONA RURAL
Município:	VILHENA	UF:	RO
Telefone:	(09) 3212-4655	Email:	j.contabilidade.pvh@hotmail.com
Preço (LICITANET) [3]			R\$ 185,00

Órgão

MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ/TO MUNICÍPIO DE PIRAQUÊ/TO

Objeto

CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ATERRO SANITÁRIO

Descrição

CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ATERRO SANITÁRIO / CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ATERRO SANITÁRIO

Dados			
Data de homologação:	01/02/2024 - 03:00:00	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Fonte:	LICITANET	Código do item:	-
Identificação:	81077 4/2024 1 1222024 1	Lote/Item:	15169427



Destinação final de resíduos sólidos

Pesquisa iniciada no dia 24/05/2024 16:54
IP: 186.233.30.50



CIESP - Consórcio Intermunicipal de Especialidades - MG
CNPJ: 07.356.999/0001-55
Responsável: Michelli Afonso Veras
Matrícula: -

Quantidade: 110.00 Unidade: UN UF: TO
Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00
Fabricante: LICITANET Não disponibiliza essa informação.
Marca: LICITANET Não disponibiliza essa informação. Modelo: LICITANET Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: AMBIENTALIX SERVICOS DE LIMPEZA URBANA LTDA
CNPJ: 32.356.563/0001-03 Porte: DEMAIS
Nome Fantasia: AMBIENTALIX CEP: 77.016-006
Logradouro: Q ACSU 50 50 AVENIDA NS 1 Nº: SN
Complemento: CONJ 02 LOTE 07 SALA 02 Bairro: PLANO DIRETOR SUL
Município: PALMAS UF: TO
Telefone: (63) 9988-8955 Email: ambientalix.adm@gmail.com

Preço (Portal de Compras Públicas) [4]

R\$ 196,15

Órgão

CIMCERO Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - Comissão Permanente de Licitação CIMCERO Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia - Comissão Permanente de Licitação

Objeto

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES À DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, EM ATERRO SANITÁRIO INSTALADO E EM OPERAÇÃO NAS PROXIMIDADES DO POLO CENTRAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Descrição

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES À DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, EM ATERRO SANITÁRIO INSTALADO E EM OPERAÇÃO NAS PROXIMIDADES DO POLO CENTRAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES À DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, EM ATERRO SANITÁRIO INSTALADO E EM OPERAÇÃO NAS PROXIMIDADES DO POLO CENTRAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Dados

Data de homologação: 23/11/2023 - 15:46:52 Modalidade: Registro de Preços Eletrônico SRP: NÃO
Fonte: Portal de Compras Públicas Código do item: - Lote/Item: 13177145
Identificação: 260272 1 3875
Quantidade: 0012.00 Unidade: t UF: RO
Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00
Fabricante: Portal de Compras Públicas Não disponibiliza essa informação.
Marca: N/C Modelo: N/C

Fornecedor

Razão Social: MFM SOLUCOES AMBIENTAIS E GESTAO DE RESIDUOS LTDA
CNPJ: 05.099.538/0001-19 Porte: DEMAIS
Nome Fantasia: MFM SOLUCOES AMBIENTAIS CEP: 76.988-899
Logradouro: LOT LOTE RURAL Nº85-A3 LINHA 145 SETOR 12 GLEBA CORUMBIARA Nº: SN
Complemento: Bairro: ZONA RURAL
Município: VILHENA UF: RO
Telefone: (69) 3212-4055 Email: j.contabilidade.pvh@hotmail.com

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acordos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.



Destinação final de resíduos sólidos

Pesquisa iniciada no dia 24/05/2024 16:54
IP: 186.233.36.50



CIESP - Consórcio Intermunicipal de Especialidades - MG
CNPJ: 07.356.999/0001-55
Responsável: Michelli Afonso Veras
Matrícula: -

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

AMBIENTALIX SERVICOS DE LIMPEZA URBANA LTDA

CNPJ: 32356563000103
EMAIL: ambientalix.adm@gmail.com
TELEFONE: (63) 9988-8955
ENDEREÇO: Q ACSU 50 50 AVENIDA NS 1 - SN, CONJ 02 LOTE 07 SALA 02, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS/TO - 77.016-006

MFM SOLUCOES AMBIENTAIS E GESTAO DE RESIDUOS LTDA

CNPJ: 05099538000119
EMAIL: j.contabilidade.pvh@hotmail.com
TELEFONE: (09) 3212-4055
ENDEREÇO: LOT LOTE RURAL Nº85-A3 LINHA 145 SETOR 12 GLEBA CORUMBIARA - SN, ZONA RURAL, VILHENA/RO - 76.988-899

DIEGO
KAIZER:0158025
3695

Assinado de forma digital
por DIEGO
KAIZER:01580253695
Dados: 2024.05.27 09:14:42
+03'00'

MAPA DE RISCOS

1. Informações Básicas

Responsável pela Edição

Diego Kaizer

Data de Criação

28/05/2024

Objeto do Mapa de Riscos

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos para atender a demanda dos seguintes municípios consorciados: Maripá de Minas, Pequeri, Rochedo de Minas e Senador Côrtes.

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 01	Ausência do Documento de Formalização da Demanda (DFD) que origina a Contratação.	Área demandante não preencheu ou não encaminhou o documento de formalização de demanda	Planejamento	CIESP	Médio
IMPACTO	Início de processo de solicitação que não atende aos normativos legais da Administração Pública, com consequente desperdício de tempo e esforços do requisitante que iniciou o processo levando ao atraso na contratação.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Realização de reuniões regulares para orientação quanto a documentação necessária para abertura de procedimento licitatório. Treinamento sobre Elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD).			RESPONSÁVEIS	DIEGO KAIZER
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Retornar o processo para elaboração da equipe de planejamento ou área demandante.			RESPONSÁVEIS	KEYTIANE ALVES ARAUJO

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 02	Solicitação sem realização de estudo técnico preliminar (ETP).	Abster da realização de ETP sem justificativa, falta de compreensão da necessidade, escopo mal definido, solução inadequada.	Planejamento	CIESP	Alto
IMPACTO	Solicitação que não atende à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, serviços não realizados, resíduos acumulados.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Verificar se o ETP está anexo ao procedimento. Realização de reuniões regulares para orientação quanto a documentação necessária para abertura de procedimento licitatório.			RESPONSÁVEIS	KEYTIANE ALVES ARAUJO
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Retornar o processo para elaboração da equipe de planejamento ou área demandante.			RESPONSÁVEIS	DIEGO KAIZER
NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 03	Estimativa incorreta da quantidade de itens necessários	Estimativa incorreta da quantidade de itens solicitados.	Planejamento	CIESP	Alto
IMPACTO	Não cumprimento do objeto contratual em sua totalidade ou desperdício de recursos públicos, ineficiência na prestação de serviços ao cidadão, pulverização do objeto.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Equipe de planejamento da contratação realiza estimativas da quantificação do objeto com apoio das áreas envolvidas e com base em contratações e experiências anteriores, sempre buscando aperfeiçoar e melhorar a qualidade dos serviços.			RESPONSÁVEIS	KEYTIANE ALVES ARAUJO
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Retornar o processo para elaboração da equipe de planejamento ou área demandante.			RESPONSÁVEIS	DIEGO KAIZER

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 04	Pesquisa de preços realizada de forma incorreta	A estimativa de preços realizada pelo setor competente com sobrepreço ou preço abaixo do mercado.	Planejamento	CIESP	Alto
IMPACTO	Aumento dos preços mensurados, falta de empresas interessadas, processo fracassado ou deserto.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Utilizar a Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 7 de julho de 2021 para realização da pesquisa de preços.			RESPONSÁVEIS	MICHELLI AFONSO VERAS
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Retornar o processo para o setor responsável pela pesquisa de preços.			RESPONSÁVEIS	JESSICA AMORIM GOMES

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 05	Falha na descrição detalhada no objeto e suas especificações	Falta de entendimento dos requisitos do projeto, comunicação inadequada entre as partes interessadas, falta de expertise	Planejamento	CIESP	Alto
IMPACTO	O processo para contratação não atende aos normativos legais da Administração Pública, com consequente desperdício de tempo e esforços do requisitante que iniciou o processo.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Reunir, em tempo hábil com a equipe de planejamento para ajuste do objeto. Revisar e padronizar o objeto para adequar às necessidades dos requisitantes e comparar a contratação pretendida com as anteriores, caso haja.			RESPONSÁVEIS	DIEGO KAIZER
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Revisão e clarificação das especificações, Incorporar flexibilidade no contrato, caso possível, estabelecer um processo de gestão de mudanças.			RESPONSÁVEIS	KEYTIANE ALVES ARAUJO

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 06	Empresas sem qualificação técnica adequada para participação no certame e na entrega do objeto.	Falta de estabelecimento de critérios claros de qualificação técnica pela área demandante.	Seleção do Fornecedor	CIESP	Alto
IMPACTO	Contratação de empresas incapazes de atender o objeto licitado.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Elaboração de ETP contendo todas as qualificações técnicas que devem ser exigidas para atendimento ao objeto. Realização de reuniões regulares para orientação quanto a necessidade de descrição clara da qualificação exigida dos participantes.			RESPONSÁVEIS	KEYTIANE ALVES ARAUJO
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Retorno do processo para área de planejamento efetuar as devidas correções.			RESPONSÁVEIS	JESSICA AMORIM GOMES

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 07	Demora no processo de contratação.	Licitação fracassada ou deserta	Seleção do Fornecedor	CIESP	Médio
IMPACTO	Prejuízos ao andamento das atividades da Administração, resíduos acumulados nas ruas.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Analisar os preços obtidos após realização de pesquisa para verificar se estão dentro dos valores praticados atualmente; levando em consideração a oscilação de mercado.			RESPONSÁVEIS	MICHELLI AFONSO VERAS
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Revisão das especificações e critérios de seleção, publicação de novo edital, ampliar a divulgação, reabertura de prazos e reavaliação das condições do mercado.			RESPONSÁVEIS	JESSICA AMORIM GOMES

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------

RISCO 08	Contratada deixa de atender as condições exigidas para entrega do objeto	Gestão e Fiscalização inadequada ou ausente do Contrato	Gestão de Contrato	CIESP Contratada	Médio
IMPACTO	Interrupção dos serviços, resíduos acumulados nos domicílios, ruas, riscos à saúde pública e ao meio ambiente, insatisfação do cidadão.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Definição clara de requisitos, avaliação criteriosa dos fornecedores, inclusão de cláusulas contratuais robustas quanto a prestação do serviço, monitoramento contínuo do desempenho, treinamento e capacitação.			RESPONSÁVEIS	KEYTIANE ALVES ARAUJO
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Acionar cláusulas contratuais, buscar solução alternativa de prestação de serviços, buscar diálogo com a contratada, desenvolver plano de migração e revisar procedimentos de contratação.			RESPONSÁVEIS	DIEGO KAIZER

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 09	Atraso na execução do serviço.	Empresa vencedora não assina o instrumento contratual/ata de registro de preço devido a algum fato posterior à homologação do certame.	Contrato	CIESP Contratada	Médio
IMPACTO	Atraso no atendimento as demandas, danos à saúde pública e ao meio ambiente.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Encaminhar o documento a empresa, informar do prazo para assinatura e entrar em contato por telefone para confirmar recebimento. Orientar sobre as sanções previstas no edital quanto a não assinatura no prazo definido.			RESPONSÁVEIS	JÉSSICA AMORIM GOMES
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Negociação de aditamento de prazo para assinatura, aplicação de sanção administrativa em caso de não			RESPONSÁVEIS	DIEGO KAIZER

	assinatura, convocar o próximo classificado para assinatura do documento.		
--	---	--	--

NÚMERO	RISCO	CAUSA DO RISCO	FASE	ALOCADO PARA	NÍVEL DO RISCO (I X P)
RISCO 10	Falha na Comunicação com os Municípios Consorciados	Problemas de comunicação interna ou falta de coordenação	Execução	CIESP	Médio
IMPACTO	Desalinhamento nas estratégias e falha na prestação de serviços.				
AÇÕES PREVENTIVAS	Estabelecer canais de comunicação claros e eficientes entre os municípios consorciados, utilizando sistema, email, aplicativos de mensagens (grupos).			RESPONSÁVEIS	DIEGO KAIZER
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	Realizar reuniões de alinhamento e revisão periódicas entre os envolvidos.			RESPONSÁVEIS	DIEGO KAIZER

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

DIEGO
KAIZER:0158025
3695

Assinado de forma digital
por DIEGO
KAIZER:01580253695
Data: 2024.05.28 15:40:14
+03'00'

Diego Kaizer

Gerente de Serviços



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XXX/20XX

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP** com sede na Rua Morvan Dias de Figueiredo, nº 11, bairro Centro, na cidade de Bicas/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.356.999/0001-55, neste ato representado pelo seu Exmo. Presidente, Sr. Cristiano Correa Coletta, inscrito no CPF/MF nº 057.081.106-60, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 014/2024, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP de/...../202....., processo administrativo n.º 052/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos para atender a demanda dos seguintes municípios consorciados: Maripá de Minas, Pequeri, Rochedo de Minas e Senador Côrtes, especificados no Termo de Referência, Anexo I do edital de Licitação nº 014/2024 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	TONELADA	2.500	..	..

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços constará junto ao presente Processo.

3. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Especialidades – CIESP.

3.2. Além do órgão gerenciador, os municípios consorciados de Maripá de Minas, Pequeri, Rochedo de Minas e Senador Côrtes são participantes deste processo.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no

momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses

em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3.0 órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS:

11.1.A detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente na presente Ata de Registro de Preços.

11.2.A detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

11.3.A detentora da Ata de Registro de Preços deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

11.4.A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto desta Ata.

11.5.A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação,

dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6. Quando expressamente autorizada a transmissão a terceiros, as partes obrigam-se a fornecer a informação, os dados pessoais e/ou a base de dados estritamente necessários durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento, observados os deveres de proteção, confidencialidade e sigilo aplicáveis.

11.7. A detentora da Ata de Registro de Preços fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da do término de sua vigência, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.8. À detentora da Ata de Registro de Preços não será permitido, fora das hipóteses legais, deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento.

11.9. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá providenciar a eliminação dos dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

11.10. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá notificar, imediatamente, no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

11.11. A notificação não eximirá a detentora da Ata de Registro de Preços das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

11.12. A detentora da Ata de Registro de Preços que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

11.13. As partes ficam obrigadas a manter preposto para comunicação relativa aos assuntos pertinentes à esta cláusula.

11.14. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre as partes, bem como, entre o fornecedor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

11.15. Eventuais responsabilidades serão apuradas conforme estabelecido nesta Ata de Registro de Preços e também de acordo com o que dispõe o Capítulo VI, Seção III, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.

12.2. A data indicada neste documento apresenta o dia de sua confecção, sendo que, para efeitos de vigência, deverá observar-se a cláusula 5.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços para que produza seus jurídicos e legais efeitos, elegendo o Foro da Comarca de Bicas - MG para dirimirem quaisquer questões não possíveis de resolução administrativa.

Local e data

Cristiano Correa Coletta
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP

xxxxxxx
Representante Legal da Empresa
Empresa XXXXXX

ANEXO III – MINUTA DO CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

FORNECEDOR						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ/MF:						
ENDEREÇO:						
TELEFONE:				E-MAIL:		
REPRESENTANTE:				CPF:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
..			..	..	..	..
..			..	..	..	..

FORNECEDOR						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ/MF:						
ENDEREÇO:						
TELEFONE:				E-MAIL:		
REPRESENTANTE:				CPF:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
..			..	..	..	..
..			..	..	..	..

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

FORNECEDOR						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ/MF:						
ENDEREÇO:						
TELEFONE:				E-MAIL:		
REPRESENTANTE:				CPF:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
..			..	..	..	..
..			..	..	..	..



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES -
CIESP E A EMPRESA XXXXX.

Pelo presente instrumento contratual de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob nº 07.356.999/0001-55, com sede administrativa na Rua Morvan Dias de Figueiredo, nº 11, bairro Centro, Bicas/MG, CEP: 36.600-120, neste ato representado pelo seu Presidente, **Sr. Cristiano Corrêa Coletta**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 057.081.106-60, residente e domiciliado no município de Rochedo de Minas, no Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **XXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº XXX, com endereço na Rua XXXX, nº XX, XXXX, bairro XXXX, na cidade de XXXX - XX, CEP: XX.XXX-XXX, neste ato pelo seu representante legal, **Sr. xxxxxx**, inscrito no CPF sob nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no município de XXXXX, no Estado de XXXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si certo e ajustado a contratação de prestação do(s) serviço(s), de acordo com as normas constantes no Termo de Referência, cujo objeto encontra-se delineado, tudo nos termos do Pregão Eletrônico nº 014/2024 - Processo Licitatório nº. 052/2024, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e, em especial, pelas cláusulas e condições adiante enunciadas:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS.

Cláusula primeira - Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de destinação ou disposição final de resíduos sólidos para atender a demanda dos seguintes municípios consorciados: Maripá de Minas, Pequeri, Rochedo de Minas e Senador Côrtes.

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA, através do presente CONTRATO, obriga-se a prestar os serviços indicados nesta Cláusula, obedecendo às diretrizes previamente designadas pelo CONTRATANTE, especialmente no que diz respeito nas disposições contidas na Lei 14.133/21 e quanto às especificações discriminadas no Termo de Referência.

Parágrafo segundo: A prestação de serviço deverá ser executada conforme discriminada no Edital, anexo I - Termo de Referência.

RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Cláusula segunda: A prestação de serviço será recebida:

a) Provisoriamente, a partir da prestação do serviço, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias do recebimento provisório.

Parágrafo primeiro: Na hipótese da verificação a que se refere a letra "b" desta Cláusula não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Parágrafo segundo: No caso de reprovação do objeto, as devidas correções deverão ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO

Cláusula terceira: O valor total do presente contrato perfaz o montante de **R\$ XXX,XX (XXXX)**. O preço inclui todas as despesas necessárias à realização dos referidos serviços. O pagamento será realizado em conformidade com o valor registrado no Parágrafo segundo desta Cláusula, conforme atesto realizado pela fiscalização na prestação de serviço e será realizado no prazo máximo de até XX (XXX) dias, contados a partir do recebimento da

nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

Parágrafo primeiro: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo segundo: O pagamento será efetuado em XX (XXXXX) parcelas mensais iguais, correspondentes, cada uma, no valor de R\$ XXX,XX (XXXXX), no qual se inclui todos os tributos, taxas e custos diretos ou indiretos sobre a execução do objeto.

Parágrafo terceiro: No caso de interregno superior a XX (XX) meses, contado da data do orçamento apresentado, o Contrato poderá ser reajustado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO E ENCERRAMENTO

Cláusula quarta: A vigência deste instrumento será pelo período de XX meses, iniciada a partir da data indicada no documento ou da última data constante nas assinaturas digitais, encerrando-se em XX de XXXXX de 20XX, podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes desde que fundamentadamente e com objetivo de entrega do escopo.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Cláusula quinta: As despesas decorrentes do presente Contrato onerarão os seguintes recursos orçamentários:

XX

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula sexta: A verificação dos serviços e sua execução em conformidade com o presente Contrato será atribuição da Gerência de Serviços.

Parágrafo único: Uma vez apurado o descumprimento da CONTRATADA ao presente Contrato, o fiscal responsável incumbir-se-á de lavrar a termo a

irregularidade visando a instauração do competente processo administrativo.

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula sétima: Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a execução do serviço nas condições estabelecidas, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pelo CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço e a especificação do objeto;
- b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto contido no Termo de Referência;
- c) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- e) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou expressamente pela CONTRATANTE;
- f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.

Parágrafo único: A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização.

Cláusula oitava: Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado nos termos do Termo de Referência;
- b) Efetuar o pagamento no prazo previsto neste Contrato;
- c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Gerência de Serviços, a execução do Contrato.

DAS PENALIDADES E DO VALOR DA MULTA

Cláusula nona: O descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente Contrato, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e às seguintes, que poderão ser aplicadas discricionariamente pelo CONTRATANTE, garantida prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma do art. 156, da referida Lei:

- a) Advertência;
- b) Multa - dia, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato;
- c) Rescisão contratual com multa equivalente a 20 multas - dias;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21.

Parágrafo primeiro: As sanções acima estabelecidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, depois de facultado o exercício de defesa prévia em processo administrativo, na forma do § 2º a § 5º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

Parágrafo segundo: Na hipótese de o CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Parágrafo terceiro: As multas previstas em edital não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo quarto: As multas aplicadas na execução do presente Contrato serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ou cobradas judicialmente.

Parágrafo quinto: Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução do Contrato, se for constatada pela fiscalização falhas na execução dos serviços e que requeiram repetição dos mesmos.

DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima: O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo único: A rescisão do presente contrato poderá ser ainda consensual, por acordo entre as partes, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/21, ou judicial, nos termos da legislação.

DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Cláusula décima primeira: O presente Contrato encontra-se vinculado ao Processo nº 052/2024 – Pregão Eletrônico nº 014/2024, incluindo a proposta de serviços apresentada pela CONTRATADA.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula décima segunda: O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e demais normas aplicáveis à espécie.

Parágrafo único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DO PRAZO DE RESPOSTA PARA EVENTUAL PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula décima terceira: Nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, a CONTRATADA poderá requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, ocasião em que o CONTRATANTE terá 15 (quinze) dias úteis de prazo para manifestação.

DAS MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO

Cláusula décima quarta: A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas na contratação direta, em especial os detalhamentos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS:

Cláusula décima quinta: O detentor do presente Contrato Administrativo obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente documento.

Parágrafo primeiro: O detentor do Contrato Administrativo obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

Parágrafo segundo: O detentor do Contrato Administrativo deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou

conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

Parágrafo terceiro: O detentor do *Contrato Administrativo* não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo quarto: O detentor do *Contrato Administrativo* não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

Parágrafo quinto: Quando expressamente autorizada a transmissão a terceiros, as partes obrigam-se a fornecer a informação, os dados pessoais e/ou a base de dados estritamente necessários durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento, observados os deveres de proteção, confidencialidade e sigilo aplicáveis.

Parágrafo sexto: O detentor do *Contrato Administrativo* fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da *do término de sua vigência*, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

Parágrafo sétimo: Ao detentor do *Contrato Administrativo* não será permitido, fora das hipóteses legais, deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento.

Parágrafo oitavo: O detentor do *Contrato Administrativo* deverá providenciar a eliminação dos dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

Parágrafo nono: O detentor do *Contrato Administrativo* deverá notificar, imediatamente, no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

Parágrafo décimo: A notificação não eximirá o *detentor do Contrato Administrativo* das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

Parágrafo décimo primeiro: O *detentor do Contrato Administrativo* que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

Parágrafo décimo segundo: As partes ficam obrigadas a manter preposto para comunicação relativa aos assuntos pertinentes à esta cláusula.

Parágrafo décimo terceiro: O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre as partes, bem como, entre o fornecedor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

Parágrafo décimo quarto: Eventuais responsabilidades serão apuradas conforme estabelecido neste *Contrato Administrativo* e também de acordo com o que dispõe o Capítulo VI, Seção III, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

DO FORO

Cláusula décima quinta: Concorde o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja: o Foro da Comarca de Bicas/MG, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

A data indicada neste documento apresenta o dia de sua confecção, sendo que, para efeitos de vigência, deverá observar-se a cláusula quarta.

Bicas/MG, XX de XXXXXXX de 20XX.

Cristiano Corrêa Coletta

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES – CIESP

Representante Legal

EMPRESA